

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Estado de São Paulo

Class.:

02

Data:

24.09.75

Pg.:

Funai definirá logo área dos tapirapés

Da Sucursal e do Serviço Local

O general Ismarth de Araujo Oliveira, presidente da Funai, negou ontem que o órgão não tenha tomado nenhuma providência com relação à área dos índios tapirapés, em Mato Grosso, "já totalmente invadida por posseiros e poderosos grupos econômicos", desmentindo as acusações nesse sentido feitas por meio de carta pelo Conselho Indigenista Missionário, o Cimi. Segundo afirmou, a Funai designou "uma comissão com a finalidade específica de estudar a definição dos limites da área indígena tapirapé e é exatamente esta demarcação que a comissão, designada em 22 de agosto, pretende estabelecer, estando seus trabalhos em fase de conclusão".

O Cimi afirma que existem 14 posseiros e sete empresas integrantes de um grupo econômico instalados na área dos 120 tapirapés e 110 karajás que vivem na região, conforme levantamento encaminhado à Funai em novembro último. Para o general Ismarth no entanto, "por englobar áreas onde se localizam empresas agropecuárias, o levantamento realizado pelo Cimi exige reconhecimentos detalhados".

Ontem, os diretores da Tapiraguaiá, José Augusto Leite Medeiros e José Carlos Pires Carneiro, afirmavam em São Paulo que a área pleiteada pelo Cimi para a demarcação definitiva da reserva tapirapé atinge glebas ocupadas por três grandes agropecuárias paulistas, que ali já realizaram diversas benfeitorias. A Tapiraguaiá — que seria apenas uma dessas empresas — doou, em julho de 1967, 9.230 hectares aos tapirapés, que hoje reivindicam, por meio dos missionários, uma área sete vezes maior. Os dois diretores da empresa afirmaram que enviaram à Funai um ofício solicitando um reexame da proposta do Cimi.

Os 20 mil hectares que formam a fazenda Tapiraguaiá foram adquiridos, de diversos proprietários, nos anos de 1961 e 1962. Ficam na margem esquerda do rio Araguaia e acompanham um trecho do rio Ta-

pirapé, em cuja foz se localiza o posto indígena que leva o seu nome. Duas aldeias indígenas pertencem a esse posto: a dos tapirapés e a dos karajás.

O grupo tapirapé mudou para a região em 1952, procedente de aldeias destruídas pelos kaiaipós, seus inimigos, localizadas nas cabeceiras do rio Tapirapé. A atual aldeia encontra-se no centro da área doada pela Tapiraguaiá. No entanto, os tapirapés deslocam-se frequentemente até suas aldeias primitivas, para apanhar o taquari (pequena árvore com que fazem flechas), e procurar caça, que já está rareando nos arredores da aldeia, devido à derrubada das matas pelas empresas agropecuárias. Como a doação da Tapiraguaiá, embora registrada em cartório, nunca tenha sido demarcada pela Funai, o Cimi propôs que essa área fosse ampliada, compreendendo as antigas aldeias e as áreas de caça, região que seria, segundo os missionários, o habitat natural dos tapirapés.

Os diretores da Tapiraguaiá, porém, consideram-se prejudicados pelas pretensões do Cimi e afirmam que, "quando o governo de Mato Grosso negociou aquelas terras, não havia ali índio nenhum". O primeiro documento de alienação da área — então considerada devoluta —, contudo, foi expedido pelo Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso em 1959, sete anos depois de os índios terem se instalado na foz do rio Tapirapé. Mais tarde, a área foi requerida por Nilton Machado Barbosa, que pagou por ela, na época, o preço simbólico de dez cruzeiros (equivalente, hoje, a um centavo) cada hectare. A Tapiraguaiá adquiriu a gleba de Nilton Barbosa e outras glebas de outros proprietários, já com os índios na região.

Segundo os diretores da Tapiraguaiá, os tapirapés e a fazenda nunca tiveram quaisquer problemas, na verdade levantados pelos missionários, que estariam "criando uma necessidade artificial para os índios". José Augusto Leite Medeiros afirma conhecer a palmo a região dos tapirapés. "Os índios vão jogar futebol em nossa fazenda", diz ele. No entanto, garante que não existem karajás no Posto Tapirapé. "Eles estão todos na ilha

do Bananal". A afirmação, contudo, não encontra respaldo entre especialistas, como o etnólogo Herbert Baldus, que escreveu em 1970 um livro de 500 páginas sobre os tapirapés (Tapirapé: tribo Tupi no Brasil Central), no qual aponta uma das sete aldeias karajás como vizinha daqueles índios. Baldus apresenta também a ocupação das cabeceiras do rio Tapirapé pelos índios desse nome antes do conflito com os kaiaipós. Segundo o empresário, no entanto, os tapirapés viviam originariamente nas margens do Araguaia, ao Norte do povoado de Santa Terezinha.

Quanto à empresa paulista de topografia — a Agro — Serviços Agronômicos e Topográficos Ltda. — que segundo as denúncias do Cimi estaria "disposta a enfrentar qualquer resistência dos índios para demarcar as propriedades que estão dentro da terra dos tapirapés, já que segundo seus dirigentes, estão trabalhando a mandado do governo", os dois empresários afirmaram que não foi contratada pela Tapiraguaiá. "Ela está demarcando as terras da fazenda Co-deara, com a qual fazemos limite ao Norte", afirma Medeiros. "Somente por esse motivo estamos pagando uma parte de seus serviços. Mas não temos conhecimento de que essa firma esteja medindo as terras dos índios".

Além da Tapiraguaiá, o grupo Medeiros-Carneiro possui no Norte de Mato Grosso outras três fazendas: Piraguassu, Sapeva e Frenova, que totalizam mais de 200 mil hectares. Também participam das agropecuárias Agroselva, Codebra e Campo Verde. E todas essas empresas são financiadas pela Sudam.